

## SOCIAL



*Nesta seção é apresentado um panorama do mercado de trabalho brasileiro a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), seguido de uma análise do programa “Educação em prática” lançado pelo governo federal.*

### **Mercado de trabalho expande a precarização**

No mercado de trabalho, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE apontam uma taxa de desocupação de 11,8% no trimestre de junho a setembro de 2019. A taxa representa 12,5 milhões de pessoas em busca de trabalho, ficando estatisticamente estável em relação ao mesmo trimestre de 2018. A população ocupada, segundo a pesquisa, cresceu 1,5 milhão em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 92,3 milhões de pessoas.

A ocupação não teve um crescimento puxado pelo emprego com carteira assinada, que chega a 33,1 milhões, e ficou estável em relação ao mesmo trimestre de 2018: foi a categoria de empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado que puxou o crescimento da ocupação, chegando a 11,8 milhões de pessoas. Os trabalhadores por conta própria foram recorde no trimestre, alcançando 24,4 milhões de pessoas.

Já a população subutilizada (formada pelo número de subocupados por insuficiência de horas + desocupados + força de trabalho potencial) chegou a

27,5 milhões de pessoas, estatisticamente estável em relação ao mesmo trimestre de 2018. Os desalentados – aqueles que desistiram de procurar emprego – chegaram a 4,7 milhões.

Os dados mostram que a tônica do mercado de trabalho tem sido a expansão dos vínculos sem carteira e da precarização: para os trabalhadores brasileiros a crise está longe de acabar.

Apesar deste quadro, as propostas do governo para a economia, como mostra o “pacotão” de Guedes lançado neste mês e composto de três PECs, continuam sendo de redução dos gastos públicos e devem agravar o quadro no mercado de trabalho. Além disso, ao invés de taxar as grandes fortunas, o governo quer a “taxação de grandes pobres” com o programa verde-amarelo apresentado ao país em forma de medida provisória também neste mês de novembro: quem estiver recebendo seguro-desemprego vai ter um desconto de 7,5% no valor recebido, que será destinado a financiar o INSS dos jovens que participem do programa Verde e Amarelo.

## Educação em prática

O governo federal lançou neste mês o programa “Educação em prática”, com o intuito de que instituições de educação superior públicas e privadas abram espaço para estudantes do ensino fundamental (do sexto ao nono anos) e do ensino médio. A ideia do governo é de que vivenciando profissões haja redução da evasão escolar. O MEC afirma que o programa tem a finalidade de “contribuir para a ampliação, com qualidade, da jornada escolar”, efetivando a implementação do Novo Ensino Médio e do Ensino Médio em Tempo Integral.

Segundo o Ministério da Educação, “o intuito é que as instituições de ensino superior disponibilizem conteúdos, professores e espaços físicos, como laboratórios de ciências, física, robótica, sala de computadores, música e quadras de esporte, por exemplo.” Porém, isso ocorreria sem nenhuma contrapartida financeira específica para o programa. A única contrapartida seria um bônus no sis-

tema de avaliação para as instituições de educação superior que aderirem ao programa.

Especialistas têm apontado que o programa está desconectado do Plano Nacional de Educação (2014–2024) e que ao se buscar itinerários formativos em outras instituições fora da educação básica se descaracteriza o que seria o sistema da própria educação básica. Além disso, ao não prever mais recursos para as instituições que aderirem ao programa, a proposta do governo aumenta as atribuições dos professores da educação superior, que além de se ocupar das atividades de ensino de graduação e pós, pesquisa e extensão, devem se ocupar também da educação básica. Ainda, é de se questionar a proposta de fornecer bônus (ainda a definir a forma) na avaliação de instituições que aderirem ao programa, o que poderia explicar que grande parte das instituições que apoiaram o programa em seu lançamento são representantes de instituições privadas, que ainda têm (em termos gerais) uma avaliação pior do que a das instituições públicas.